

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST NO OESTE DE SANTA CATARINA

Pâmela Bento da Silva¹

RESUMO

A terra sempre foi motivo de conflito entre a classe dominante, o Estado e os camponeses, sendo vista pelos primeiros atores como fonte de renda, poder e prestígio, fato que tem levado a degradação do meio ambiente e ao massacre dos costumes e práticas camponesas. Neste contexto, nasceram os movimentos sociais que buscam acabar (ou minimizar) com as desigualdades no campo, tornar as práticas agrícolas mais sustentáveis e, sobretudo, valorizar a população do campo e o seu conhecimento. Assim, formula-se como questão de pesquisa: Como se apresenta o atual debate sobre os movimentos sociais sem terra no Oeste de Santa Catarina e o que revelam sobre o modo de vida camponês e a prática agroecológica? Para responder esta questão estabeleceu-se como objetivo geral da pesquisa: Verificar quais elementos caracterizam a vida camponesa do Movimento Social Sem Terra - MST na região do Oeste de Santa Catarina. O desenvolvimento do presente estudo fundou-se na revisão de literatura de cunho explicativo, sendo que os dados foram coletados por meio da técnica bibliográfica e analisados, segundo a abordagem qualitativa. Como resultado observou-se que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao substituírem sua concepção mecanicista e ideológica, passaram a respeitar o meio ambiente (através da adoção de práticas agroecológicas) e a valorizar os saberes dos camponeses, além de conscientizá-los de seus direitos como cidadãos no Oeste Catarinense.

Palavras-chave: Agroecologia. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Oeste Catarinense.

1 INTRODUÇÃO

*“Sing loud for the sunshine
Pray hard for the rain
And show your love for Lady Nature”²*

¹ Bacharel em Serviço Social, Pós-graduanda do Curso de Concepções Multidisciplinares em Leitura do Instituto Federal de Santa Catarina- IFSC/Campus Xanxerê.

² Canção: *Down by the Seaside*, Banda Led Zeppelin, do álbum *Physical Graffiti*, 1975. Composta por Jimmy Page e Robert Plant.

São visíveis as consequências da mecanização no campo e da chamada Revolução Verde³, que anulou os esforços dos camponeses em detrimento ao avanço da industrialização do campo. Neste contexto, cresceu o desemprego rural, bem como, a pobreza e o desastre ambiental, causado pelo envenenamento do solo, dos lençóis freáticos, dos alimentos e dos trabalhadores agrícolas (CARLI, 2013).

No fim da década de 1970, engenheiros agrônomos, ambientalistas, acadêmicos de ciências agrárias e alguns agricultores preocupados com o meio ambiente começaram um movimento que contestava as práticas, muitas vezes predatórias, usadas na agricultura convencional brasileira e passaram a ver na Agroecologia, naquela época chamada de Agricultura Alternativa, a solução (IAMAMOTO, 2005).

Os anos foram passando e os conceitos e práticas da Agroecologia foram se desenvolvendo e se difundindo por todo o país, chegando aos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que acabaram por compreender e adotar não só as práticas agrícolas advindas desta ciência, mas todo o arcabouço social, político e de direitos que envolve a questão da vida do camponês.

Neste sentido, formula-se como questão de pesquisa: Como se apresenta o atual debate sobre os Movimentos Sociais Sem Terra no Oeste de Santa Catarina e o que revelam sobre o modo de vida camponês e a prática agroecológica? Para responder esta questão estabelece-se como objetivo geral da pesquisa: Verificar quais elementos caracterizam a vida camponesa do Movimento Social Sem Terra - MST na região do Oeste de Santa Catarina.

Para o alcance do objetivo geral proposto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) Levantar por meio da análise bibliográfica trabalhos que abordem a temática Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Agroecologia; b) Identificar através da revisão bibliográfica as práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste catarinense; c) Refletir em que medida a Agroecologia compõe um modo alternativo de organização do movimento social e sua produção e as suas relações com o meio ambiente e a terra.

³ Criação e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram o aumento na produção agrícola a partir da década de 1960 nos Estados Unidos e na Europa.

A escolha desta temática de discussão justifica-se pela sua importância no que se refere à perspectiva socioambiental, uma vez que a adoção das práticas agroecológicas promove a preservação do solo e de recursos naturais, por conseguinte de todo o ecossistema da região, além de produzir alimentos saudáveis e valorizar o conhecimento da população do campo. Além disso, o estudo deste tema oportuniza aprofundar o conhecimento sobre a mudança de foco do MST sobre os meios de produção e organização social, mais especificamente no Oeste Catarinense, relevante região para o desenvolvimento de todo o Estado.

Assim, o presente estudo está organizado nesta introdução, na discussão sobre a Agroecologia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, seguidos dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e na análise dos dados coletados. Por fim, são apresentadas as considerações finais desta discussão.

2 A AGROECOLOGIA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1.1 Agroecologia

Depois da Segunda Guerra Mundial começaram a ser observados movimentos isolados em várias partes do mundo para sanar os danos socioambientais causados pelo modelo tradicional adotado pela agricultura (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Mattos (2019) explica que a exploração do solo - retirada da vegetação para o plantio de sementes e o uso excessivo dos agrotóxicos -, entre outros fatores, modificou a estrutura de absorção da água, de modo que o escoamento foi para rios e lagos, o que poluiu a água no campo e nas cidades. Já, o uso de agrotóxicos no plantio contaminou os alimentos e os animais das regiões onde eram usados, além de propiciar o surgimento de pragas imunes aos agrotóxicos, condições que levaram à infertilidade do solo e a inviabilidade do cultivo.

Neste contexto, surgiram movimentos internacionais que defendiam técnicas agrícolas alternativas, que ficaram conhecidas como agricultura orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, entre outras denominações (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A palavra Agroecologia foi usada pela primeira vez na década de 1930, para

traduzir a aproximação entre a ecologia e a agricultura, que nesta época eram vistas como campos de conhecimento e de atuação distintos - o conhecimento ecológico fundava-se no estudo de sistemas naturais e o agrônomo tratava dos métodos referentes à agricultura. Somente a partir da década de 1950 começou a ser formulada a estrutura básica do que hoje é a Agroecologia, ou seja, “a agricultura alicerçada em uma perspectiva ecológica” (MELLO, 2006, p. 38).

As definições de Agroecologia, embora o termo seja bastante falado nos últimos anos, parece muitas vezes não captar toda a amplitude desta ciência. Muitos limitam a Agroecologia a técnicas de agricultura orgânica – sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos -, porém a opção por esta técnica também pode ser justificada pelo crescente e rentável nicho do mercado e não por uma preocupação com os problemas socioambientais decorrentes da agricultura convencional ou com a valorização da população do campo, fato que denota que hoje muitas agroindústrias já se dedicam a agricultura orgânica (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Neste sentido, percebe-se que a Agroecologia, segundo Caporal (2009, p. 7):

[...] constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência (CAPORAL, 2009)

Sob esta perspectiva, o autor defende que o caráter transdisciplinar da Agroecologia deve ser entendido como a integração dos saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, o que possibilita compreender e analisar de forma crítica o modelo de meio de produção desenvolvido atualmente pela agricultura, bem como buscar e estabelecer novas estratégias para este fim, permitindo desenvolver a agriculturas de modo mais sustentável (CAPORAL, 2009).

Alguns trabalhos apregoam que a criação da Agroecologia ocorreu em meados dos anos de 1970, todavia Caporal (2009) e Iamamoto (2005) esclarecem que neste período os conceitos sobre esta ciência foram resgatados para vencer a crise do meio ambiente no campo, tomando como base os saberes e as práticas dos camponeses.

É importante ressaltar que, para Aquino e Assis (2005), técnicas de cultivo com menor impacto ao meio ambiente há muito já eram utilizadas pelos pequenos agricultores, que respeitavam o solo, uma vez que precisavam dele para sobreviver.

Entretanto, com a chamada Revolução Verde esta forma de plantar tornou-se pouco eficaz, uma vez que a ideia era produzir em grande escala. Além disso, o modelo político e social para o campo “massacrôu” o camponês, suas práticas e cultura em detrimento aos “poderosos” (aqueles que tinham o poder econômico) do agronegócio (RODRIGUES; SIMÃO, 2016).

Nesta época engenheiros agrônomos, ambientalistas, acadêmicos de ciências agrárias e alguns agricultores preocupados com o meio ambiente começaram um movimento que contestava as práticas (muitas vezes predatórias) usadas na agricultura convencional brasileira e viam na Agroecologia, naquela época chamada de Agricultura Alternativa, a solução (IAMAMOTO, 2005).

Já, na década de 1980 a Agroecologia passou a ser percebida como uma “estrutura conceitual e metodológica para o estudo e trabalho produtivo, a partir de condições ecossistêmicas e do aproveitamento de recursos locais” (ROVER; ANCHAU, 2013, p. 94).

No entanto, de acordo com Mello (2006, p. 39), a Agroecologia é mais que o conjunto de práticas de cultivo da terra, ela fundamenta-se em quatro pilares: (I) agrônomo ou técnico; (II) econômico; (III) político; (IV) social. Para o autor, a Agroecologia “aponta caminhos nos quais as relações entre homens e a Natureza são pautadas pelo respeito à condição humana, ao meio ambiente e à necessidade da preservação dos recursos naturais às futuras gerações” (MELLO, 2006, p. 39).

Algumas pesquisas, dentre elas a realizada por Almeida (2003), afirmavam que um dos entraves para o desenvolvimento da Agroecologia no Brasil situava-se no caráter ideológico que a intervenção técnica e social defendia. Entretanto, com o passar dos anos e um maior entendimento sobre o tema constatou-se que este “aparente entrave” na verdade era um dos maiores motivos do avanço e do sucesso da Agroecologia, uma vez que a vincula a princípios e valores éticos bem definidos (MELLO, 2006; CAPORAL, 2009).

Neste contexto, Caporal (2009) argumenta que a Agroecologia sinaliza para a mudança do paradigma científico, que tende a se tornar mais integrador, já que rompe com o isolacionismo das ciências e das disciplinas, bem como, busca alternativas para o desenvolvimento mais sustentável, que possa reescrever a

coevolução do ser humano e da Natureza.

Sob esta perspectiva, Rover e Anchau (2013, p. 93) salientam que a Agroecologia é “o viés científico que mais tem construído respostas às necessidades e potenciais de construção de uma agricultura sustentável”.

Assim, Caporal (2009, p. 6) explica que as bases epistemológicas da Agroecologia são:

a) os sistemas biológicos e sociais têm potencial agrícola; b) este potencial foi captado pelos agricultores tradicionais através de um processo de tentativa, erro, aprendizado seletivo e cultural; c) os sistemas sociais e biológicos coevoluíram de tal maneira que a sustentação de cada um depende estruturalmente do outro; d) a natureza do potencial dos sistemas social e biológico pode ser melhor compreendida dado o nosso presente estado do conhecimento formal, social e biológico, estudando-se como as culturas tradicionais captaram este potencial; e) o conhecimento formal, social e biológico, o conhecimento obtido do estudo dos sistemas agrários convencionais, o conhecimento de alguns insumos desenvolvidos pelas ciências agrárias convencionais e a experiência com instituições e tecnologias agrícolas ocidentais podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais como os modernos; f) o desenvolvimento agrícola, através da Agroecologia, manterá mais opções culturais e biológicas para o futuro e produzirá menor deterioração cultural, biológica e ambiental que os enfoques das ciências convencionais por si sós (CAPORAL, 2009).

Assim, para Caporal (2009) são estes fundamentos que sustentam o paradigma agroecológico ao mesmo tempo em que demonstram a relevância da construção histórica do conhecimento. Logo, compreende-se que a Agroecologia defende não só a ideia de mudar práticas agrícolas, mas de modificar o processo político, econômico e sociocultural, uma vez que a mudança para o paradigma agroecológico vai além da busca pela melhor racionalização econômica e produtiva, alcança também a mudança nas atitudes e valores dos atores sociais envolvidos no processo, no manejo e à conservação dos recursos naturais, além da qualidade das relações sociais entre estes atores.

Corroborando com esta visão, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) reconhece que a Agroecologia só pode ser compreendida se forem considerados os conceitos de sustentabilidade e de justiça social. Assim, ela acontece quando forem observadas as diretrizes da sustentabilidade econômica (renda, trabalho, acesso ao mercado), ecológica (preservação da qualidade dos recursos naturais), social (inclusão e segurança alimentar), cultural (respeito aos costumes tradicionais), política (movimento organizado para a mudança) e ética

(respeito aos valores morais) (MATTOS, 2019).

2.1.2 Os movimentos sociais

A história da terra se distingue num panorama de disputa e poder, produzidos pelo sistema capitalista, como nas mais tenras relações entre o colonizador e os nativos, que nos primeiros momentos foram impostas de maneira desigual e seguem como elemento constante e vivo pela história brasileira.

O conceito de movimentos sociais, até o início do século XX, estava totalmente vinculado à organização e a ação dos sindicatos. A partir da década de 1960, as Ciências Sociais começaram a acampar, ao menos à teoria, as definições sobre estes movimentos, de forma que alguns autores, dentre eles, Alain Touraine vê os movimentos sociais como o próprio objeto da Sociologia. No entanto, outros pesquisadores, dentre eles Alberto Melucci, argumenta que esta explicação é bastante reducionista. Tal fato denota que ainda não há consenso sobre a mais adequada definição de movimentos sociais, embora seja comum observar que a expressão seja compreendida como uma associação civil (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004).

Segundo Ribeiro (2005), apesar de a sociedade brasileira conviver com grande diversidade estrutural, que muitas vezes impõe limites aos processos sociais, é observado no país o desenvolvimento de ações coletivas que visam projetos de mudança de cunho social, sistêmico ou civilizatório. Destaca-se que até o final da década de 1970, os movimentos sociais brasileiros tinham como maior pauta a democracia, fato que a partir da democratização começou a ser alterado, como o autor explica:

[...] dizendo respeito, agora, a construção e a consolidação de uma cultura democrática, de uma sociabilidade igualitária, da necessidade de reconhecimento do direito próprio e do outro, legitimando a possibilidade do conflito no campo democrático, ou seja, a construção não só de um regime democrático, mas de uma sociedade democrática (RIBEIRO, 2005, p. 129).

O grande marco nacional para os movimentos sociais ocorreu com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, uma vez que o seu texto passou a assegurar novos direitos, até então, desconhecidos para as mulheres, operários, crianças, adolescentes, idosos, e para as pessoas com

deficiências. Também passou a reformular a questão da saúde, educação, previdência social, bem como a exigir punição pelo racismo, alavancando, assim, a questão democrática no país e a relação de negociação entre indivíduos e o Estado (RIBEIRO, 2005).

No que diz respeito ao campo, observa-se que a falta de uma política agrícola e agrária em todo o país, dificulta a elaboração de subsídios para a agricultura familiar, o que propiciou que os movimentos sociais rurais impactassem positivamente à sociedade, sobretudo com a implantação do cooperativismo.

Neste contexto, compreende-se que as ações oriundas de movimentos sociais possibilitam que a sociedade, de modo geral, conheça a desigualdade social presente no Brasil (aqui, mais especificamente no campo) e a necessidade da luta pela justiça e cidadania. Logo, a história destes movimentos, suas bandeiras e suas lutas funcionam como ferramentas para que seus membros busquem a concretização efetiva de seus direitos sociais, com vistas a vivenciar o verdadeiro Estado Democrático.

2.1.2.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está atrelada às questões relacionadas à estrutura social fundada na exploração colonial, onde o domínio, injusto, da terra impossibilita o acesso da população camponesa. Neste contexto, Rodrigues (2020) explica que na história da luta pela terra no Brasil observa-se a imposição de governos sobre a posse, como forma de dominação sobre os meios de produção e de segregação social.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi fundado em 1984 e até hoje é considerado um dos maiores movimentos camponeses do mundo. No início de suas atividades, o MST alicerçava-se num modelo de assentamento rural altamente produtivo, especializado, integrado verticalmente e coletivizado. Todavia, em meados da década de 1990 ampliou a sua proposta, abarcando as dimensões sociais, político-organizativas e ambientais, de forma a valorizar o camponês e seus conhecimentos (BORSATTO; CARMO, 2013).

Destaca-se que no início dos anos de 1990, o Movimento passou a desenvolver o cooperativismo em todos os seus assentamentos. Assim, nascia o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), uma instância organizacional

formada pelo conjunto de outras instâncias, considerando-se que todos os assentamentos eram incentivados a criar as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), que por sua vez tinham como premissa que a posse da terra e dos meios de produção fosse coletiva. Borsatto e Carmo (2013, p. 654) esclarecem que “a diretriz das CPAs era agregar valor à produção agropecuária, por intermédio de processos de agroindustrialização dentro do próprio assentamento”.

Em 1972, no Estado de Santa Catarina havia três importantes cooperativas do MST, de produção e agropecuária, fundadas no trabalho coletivo: uma no município de Campos Novos, outra em Abelardo Luz, e a terceira em Dionísio Cerqueira (DALMAGRO, 2002).

Segundo Brenneisen (2002), os assentamentos do MST seguiam um modelo uniforme, centrado na atividade econômica, o que denota que o Movimento tinha um projeto único, na forma de organização social.

Sob esta perspectiva, alguns pesquisadores, dentre eles Borges (2011) e Scopinho (2007) defendem que estas cooperativas tinham como objetivo ir além das intenções econômicas, elas buscavam facilitar a construção para o socialismo⁴. Os autores afirmam que foram criadas mais de 40 CPAs, por todo o território nacional, sendo que muitas eram totalmente coletivizadas (organização do trabalho, refeições em refeitórios, etc.), nos moldes socialistas.

De acordo com Borges (2011), o MST para implantar estes assentamentos mais coletivizados organizava cursos para formação dos assentados. Estes cursos eram fundamentados na Teoria de Organização do Campo, que defendia que o cooperativismo devia ser baseado na mecanização, na divisão e na especialização do trabalho, bem como na produção em escala.

Neste sentido, percebe-se que tal concepção desqualificava o comportamento do camponês, da população do campo que, conforme Borsatto e Carmo (2013, p. 654), era visto por aquela Teoria como “isolacionista, individualista e personalista; sendo que este comportamento deveria ser eliminado, os interesses predominantemente pessoais deveriam ser trocados por interesses coletivos - vistos como superiores”. Entretanto, os assentamentos do MST, embora tendessem para o

⁴ Teoria de organização política-econômica que advogam a administração e propriedade pública ou coletiva dos meios de produção e distribuição de bens, propondo-se a construir uma sociedade com iguais oportunidades e meios para todos os indivíduos (SOCIALISMO, 2021).

socialismo, continuavam dependendo do mercado para a aquisição de bens/meios para produção e para a comercialização de seus produtos.

Borges (2011) afirma que a maioria das CPAs não alcançou sucesso e ainda acabou criando um forte sentimento de resistência ao projeto cooperativista desenvolvido nos assentamentos, fato que levou muitos assentados a adotar outras estratégias de sobrevivência e ao MST repensar suas diretrizes para a organização dos assentamentos.

De acordo com Picolotto e Piccin (2008), a mudança na orientação política que guiava a organização dos assentamentos do MST foi motivada por três fatores:

- A abertura do Brasil para os mercados internacionais, o fim das políticas setoriais e, por conseguinte dos preços mínimos, ou seja, o país começava adotar o Neoliberalismo;
- O fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA);
- A criação da Via Campesina, uma articulação internacional de movimentos camponeses contrários ao meio de produção adotado pelo agronegócio.

Ressalta-se que os dois primeiros fatores acabaram por dificultar as políticas até então adotadas pelo MST, enquanto que o terceiro fator se mostrou uma oportunidade para a adoção de novas práticas de produção: a Agroecologia (PICOLLOTO; PICCIN, 2008). Assim, os primeiros indícios das técnicas de Agroecologia, como forma de produção, começaram a ser discutidas (mesmo de forma embrionária) pelo Movimento, no fim da década de 1990.

No ano 2000, a partir do IV Congresso Nacional do MST, o Movimento decidiu que a Agroecologia deveria ser adotada por todos os assentamentos, sendo que esta forma de produzir pode alçar a reforma agrária no Brasil (BORGES, 2011).

Borsatto e Carmo (2013, p. 657) acrescentam:

O conhecimento tradicional camponês, antes rejeitado, assume lugar central nas propostas para o desenvolvimento dos assentamentos, assim como também são quebradas as barreiras internas que separavam a luta pela reforma agrária da questão ambiental (BORSATTO; CARMO, 2013).

No entanto, Borsatto e Carmo (2013) ressaltam que a Agroecologia, para o MST, ia além do modo de produção para alcançar as críticas às políticas agrárias defendidas pelo Estado brasileiro, que se guiavam pela produção mecanizada e em alta escala, com vistas às exportações e, por conseguinte ao favorecimento das oligarquias do agronegócio.

Em 2007, no V Congresso Nacional, o Movimento, já com ideias e técnicas mais aprimoradas, implantadas e consolidadas sobre a Agroecologia, lançou a Proposta de Reforma Agrária Popular, fundamentada nesta nova ciência agrária, como aliada à segurança alimentar e a valorização da vida campesina contra o agronegócio.

O campesinato resiste e luta contra o sistema produtivo advindo do sistema capitalista, adotando um papel importante contra os meios de desapropriação de terra, não apenas na região catarinense, mas em todo território brasileiro. Cabe destacar que neste contexto, as ações de resistência e práticas do MST vêm sendo orientadas pelo Programa Agrário, que contribui para as transformações estruturais e dialéticas na direção de construir a Reforma Agrária Popular.

A Cartilha O Programa Agrário, publicada pela Secretaria Nacional do MST, destaca a proposta de um programa de Reforma Agrária Popular.

Esse programa sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõem um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades de todo povo brasileiro. Para isso precisaremos lutar e fortalecer nossa organização e a qualificação das nossas lutas para promovermos, junto com toda a classe trabalhadora, as mudanças estruturais da sociedade capitalista. (SECRETARIA NACIONAL DO MST, 2014 p. 39).

É necessário concretizar uma extensa Reforma Agrária, de cunho popular, para garantir a democratização e acesso à terra para todos que nela trabalham, para produzirem alimentos saudáveis a partir de ações agroecológicas, assegurando a utilização social e racional da terra. O Programa Agrário corrobora com um novo projeto de sociedade, este, ativo na luta de classe dos trabalhadores camponeses, com o objetivo de eliminar a exploração, concentração de propriedade privada e as desigualdades.

Embora não tenha alcançado a uniformidade por todo o território nacional, o MST implantou várias ações agroecológicas nos seus assentamentos. Os assentamentos localizados no Paraná foram os primeiros a aderir e difundir a Agroecologia, criando, inclusive centros de formação e capacitação técnica em Agroecologia, onde são ministrados cursos de nível técnico e superior aos agricultores (BORSATTO; CARMO, 2013).

Segundo Borsatto e Carmo (2013, p. 655), “o MST precisou buscar novos aportes teóricos e, mais enfaticamente, estabelecer novas práticas para continuar o seu trabalho”. Hoje, o cooperativismo ainda é um dos eixos principais do Movimento, todavia com matizes mais democráticos e com a valorização da vida camponesa. O MST é um movimento que luta pacificamente pelo direito à terra, pelo território, pela identidade camponesa, e pelas desigualdades sociais.

2.2 ITINERÁRIOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento do presente estudo fundamentou-se na revisão de literatura de cunho explicativo, este tipo de pesquisa registra e analisa os fenômenos com o fim de identificar suas causas (SEVERINO, 2016).

Os dados foram coletados por meio da técnica bibliográfica, deste modo foram consultados livros, trabalhos acadêmicos (teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias) e artigos científicos publicados no meio eletrônico. A pesquisa elegeu como palavras-chave: Agroecologia, movimentos sociais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Oeste de Santa Catarina.

A análise dos dados seguiu a abordagem qualitativa. Segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2010, p. 21), esta abordagem “estuda os fenômenos dentro do contexto social no qual estão inseridos, fundando-se na interpretação e significados dos dados coletados” (MINAYIO; DESLANDES e GOMES, 2010)

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Santa Catarina, o governo estadual no início do século XX passou a estimular a colonização das terras consideradas “vazias”, desde o Meio-Oeste até a fronteira com a Argentina, para tanto contratou as Companhias Colonizadoras, que acabaram encontrando nestas terras pequenos agricultores (sem a posse legal da terra), índios e caboclos⁵, que foram expulsos ou passaram a trabalhar como diaristas/agregados para os pretensos donos das terras (RADIN; CORAZZA, 2018).

Na década de 1970, a desigualdade social já era bastante visível no Oeste Catarinense, sendo que os antigos donos das terras viviam na pobreza e

⁵ Descendentes de indígenas, bandeirantes paulistas e viajantes que se fixaram no Oeste da Santa Catarina, noroeste do Paraná e norte do Rio Grande do Sul. Eles tinham hábitos sertanejos.

frequentemente migravam de propriedades para trabalhar ou se instalavam na periferia das cidades. Nesta época a mecanização da agricultura e o uso de agrotóxicos cresciam no local, sempre direcionados às agroindústrias que ficavam nas áreas urbanas, como no município Chapecó, o que provocou grande desemprego no campo (RADIN; CORAZZA, 2018).

Ademais, “muitos pequenos agricultores adquiriram maquinários e equipamentos para o trabalho agrícola e acabaram endividados, chegando até mesmo a perder suas propriedades”, o que denota que os camponeses foram excluídos do processo produtivo, sobretudo com a chegada da peste suína⁶ que os obrigou a aumentar os custos com a produção, devido às novas exigências do setor (ONGHERO; ARGENTA; ROCHA, 2015, p. 9).

Este contexto levou a reorganização de movimentos sociais que reivindicavam os direitos dos camponeses. No final da década de 1970, o movimento social, impulsionado pela Igreja Católica da região, Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como pelos movimentos sindicais (impulsionados pela atuação destas entidades no ABC paulista⁷) passaram a estimular “os camponeses a refletir sobre a questão agrária, a se organizar e lutar por melhores condições de vida, que neste caso, só seriam possíveis através do acesso à terra” (ONGHERO; ARGENTA; ROCHA, 2015, p. 10).

Neste cenário, de acordo como Poli (2008), ocorreu a “primeira experiência conduzida no sentido da organização de um movimento maior de luta pela terra” (POLI, 2008), no Estado de Santa Catarina, mais precisamente no município de Campo Erê: a ocupação da Fazenda Burro Branco, por 300 famílias. Posteriormente, a CPT e os sindicatos identificaram e começaram a organizar os “sem-terra” do Oeste Catarinense com o fim de criar um movimento social autônomo e específico. Em 1984, a CPT promoveu o Primeiro Encontro do MST na região, o que consolidou o Movimento e a sua organização.

Nos acampamentos do MST as famílias adquirem novos valores com vistas à inclusão, a ampliação e concretização de direitos: “nessa relação, valores como a solidariedade, a coletividade, a indignação contra as injustiças, o respeito à

⁶ Também conhecida como febre suína ou cólera dos porcos é uma doença altamente contagiosa e frequentemente fatal dos suínos. Foi reconhecida pela primeira vez no século XIX e sua etiologia viral foi estabelecida no início do século XX. A doença pode ser aguda, crônica e inaparente (PESTE SUÍNA, 2021).

⁷ Municípios da Grande São Paulo – Santo André, São Bernardo e São Caetano – onde a maioria das montadoras de veículos está instalada.

Natureza, vão sendo construídos no cotidiano da luta e resistência dessas famílias” (ONGHERO; ARGENTA; ROCHA, 2015, p. 13). Nesta perspectiva, observa-se que os fundamentos da Agroecologia começam a fazer parte deste Movimento.

Destaca-se que no final da década de 1990 o MST mudou as suas diretrizes sobre o modo de produção que deveria ser adotado nos seus assentamentos, substituindo o forte viés produtivista para à visão agroecológica e para o resgate da agricultura camponesa. Neste sentido, o agricultor deixa de ser massa revolucionária para tornar-se sujeito que cria a sua própria realidade, por meio do conhecimento e dos valores morais, fatores que, para Borsatto e Carmo (2013, p. 657), são o “gérmen para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e melhor. Metodologias em que o saber camponês é valorizado passam a ser usadas nos espaços de formação do Movimento”.

Corroborando com esta visão, Carli (2013), no seu estudo sobre o discurso político sobre Agroecologia do MST no Pará, defende que é nas culturas locais, na tradição indígena, na formação dos grupos de seringueiros, de pescadores e nas comunidades ribeirinhas que o desenvolvimento é efetivamente sustentável. O autor esclarece:

Os conhecimentos tradicionais acumulados se constituíram como um intenso mecanismo de transmissão de saberes entre gerações, a partir das necessidades específicas de cada bioma e intercâmbio de informações e técnicas produtivas. Tais saberes e suas interações foram historicamente formulados perante as necessidades quotidianas estabelecidas na vivência camponesa e indígena com o seu ideal de temporalidade (o passado e o presente da comunidade), as suas relações com o meio ambiente e as demandas alimentares (CARLI, 2013, p. 108).

Vale destacar que, embora as políticas e práticas agroecológicas possam se pautar nas ciências agrárias (Agronomia, Engenharia Florestal) elas valorizam e utilizam o conhecimento dos agricultores locais e, sobretudo respeitam os princípios sociais solidários (CARLI, 2013).

Assim, Onghero, Argenta e Rocha (2015, p. 13) salientam que o MST, hoje, defende que “a diretriz que orienta a cultura camponesa em sua relação com a terra como bem de todos, e sua exploração sustentável, de modo a produzir alimentos saudáveis para as famílias do campo e da cidade”. Logo, todos são estimulados a participar das decisões e a formular soluções para os problemas que afetam a todos.

Segundo Radin e Corazza (2018, p. 111):

[...] o MST procura substituir a prática tradicional do trabalho individual camponês, fundado na agricultura familiar, por formas coletivas de trabalho, criando cooperativas de produção ou de distribuição, com o objetivo de viabilizá-los economicamente, garantir uma vida digna, manter a coesão do grupo e realimentar sua capacidade de organização política (RADIN; CORAZZA, 2018).

Buscando exemplificar, Alcântara (2020, p. 1) afirma que “em 1985, o MST realizou simultaneamente duas ocupações de latifúndios: 1500 famílias em Abelardo Luz e 500 em São Miguel do Oeste. Hoje, a realidade destes municípios é de transformação pela produção de alimentos”.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, atualmente existem 9.437 assentamentos em todo o País, ocupando uma área de 87.953.588 hectares. Além dos créditos, o Incra dispõe de programas para geração de renda e ampliação da produção, como o Terra Forte e o Terra Sol⁸

Em 2020, o Estado de Santa Catarina tinha 140 assentamentos do MST, nos quais há 26 escolas, 8 cooperativas, rádios comunitárias e postos de saúde (ALCÂNTARA, 2020). O Oeste Catarinense, em 2015, contava com 41 assentamentos: em Chapecó 32 famílias residiam e trabalhavam no assentamento D. José Gomes; em Campo Erê, o Assentamento Olivio Albani contava com 28 famílias; em Abelardo Luz, 530 famílias viviam no acampamento Euclides dos Santos Rodrigues; em Dionísio Cerqueira, 60 famílias viviam no Assentamento Conquista na Fronteira; São Miguel do Oeste tinha três Assentamentos, sendo que no 26 de Outubro foi criada a primeira indústria de processamento de leite, que é a maior indústria da reforma agrária no país: a Cooperoeste, que por sua vez tem beneficiado não só o assentamento, mas o município e toda a região (ONGHERO; ARGENTA; ROCHA, 2015).

Vale frisar que o Oeste Catarinense, nas últimas décadas, tem se dedicado à bovinocultura de leite, o que acabou por torná-la uma importante atividade econômica para a região (ROVER; ANCHAU, 2013).

⁸ “Como funciona um assentamento? Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Incra. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiários não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros” (INCRA, 2021).

Cabe destacar que o Oeste Catarinense tem sobressaído na Agroecologia, também no âmbito do cultivo de hortaliças, sendo que a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO)⁹ coordena um núcleo de rede ecovida¹⁰ de certificação participativa com a participação de 30 famílias de agricultores que produzem os mais diversos produtos “in nature”, como hortaliças passando até a industrialização. De acordo com Mattos (2019, p. 44), “a certificação orgânica envolve em valores sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais, o incentivo e a valorização da agricultura familiar”, temas também contemplados pelo MST, o que denota que, além da luta pela Reforma Agrária, o Movimento busca concretizar uma agenda de transformações econômicas, políticas e sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a organização e a estrutura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, além de lutar pela concretização da reforma agrária, inicialmente enfatizou a produtividade em elevada escala e a mecanização da agricultura,

⁹ “A atuação de movimentos sociais rurais a partir dos anos 80 e das ONGs a partir dos anos 90 caracterizam os espaços de institucionalidade e ações coletivas voltadas para a busca de alternativas na agricultura familiar da região [...]. A APACO tem atuado desde a sua criação com programas e projetos voltados para a viabilização da agricultura familiar, mais particularmente, para aqueles agricultores organizados em grupos de cooperação agrícola. Os programas e projetos da Associação foram se constituindo historicamente de acordo com as parcerias estabelecidas com uma rede de ONGs (em âmbito regional, nacional e internacional), entidades financiadoras internacionais, com prefeituras, sindicatos, cooperativas familiares, fóruns, universidades e parcerias governamentais. (BADALOTTI, 2003, 2005).

Um dos programas ao qual a associação está vinculada desde 2004 é a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, na qual atua como entidade executora e articuladora das ações propostas para o território Oeste” (BADALOTTI; CUNHA. 2009, p. 2).

¹⁰ “O funcionamento da Rede é horizontal e descentralizado e está baseado na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. Estas organizações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores, ONGs e outras instituições e formam um Núcleo Regional, circunscrito a determinada área geográfica. Cada Núcleo tem uma coordenação com uma tarefa de animação e gestão. [...] No âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia, a certificação tem sido trabalhada como um processo pedagógico onde agricultores, técnicos e consumidores se integram no intento de buscarmos uma expressão pública da qualidade do trabalho que desenvolvem. A este processo chamamos certificação participativa. Denominamos de Certificação Participativa o processo de geração de credibilidade que pressupõe a participação solidária de todos os segmentos interessados em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção. Este processo resulta de uma dinâmica social que surge a partir da integração entre os envolvidos com a produção, consumo e divulgação dos produtos a serem certificados. No caso da Rede Ecovida de Agroecologia a Certificação Participativa se dá em torno do Produto Orgânico e a credibilidade é gerada a partir da seriedade conferida à todo o processo, partindo da palavra da família agricultora e se legitimando socialmente, de forma acumulativa, nas distintas instâncias organizativas que esta família integra” (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA,2021).

fundando-se nos conceitos de coletividade¹¹, na produtividade e aos meios de produção. Todavia, com o decorrer do tempo, o Movimento percebeu que seus assentamentos não alcançaram o êxito esperado, além de causar descontentamento entre os próprios assentados.

Nesta perspectiva, foi necessário mudar, migrar para técnicas e práticas agroecológicas, que respeitam o solo, todos os recursos naturais que abarcam os processos no campo e o conhecimento e as práticas de cultivo e manejo da terra, usadas pelos camponeses. Tal fato evidencia a importância da Agroecologia, que não se atém somente a técnicas agrícolas, mas ao conjunto de conhecimentos, valores morais e éticos, que visam respeitar ao meio ambiente, através da adoção do desenvolvimento sustentável e ao camponeses, por meio da conscientização dos seus direitos e de sua importância para a economia da região, na qual ele está inserido.

Neste estudo, constatou-se que o Oeste Catarinense, região reconhecida pelo seu significativo desempenho no campo, abriga assentamentos do MST que trabalham no sistema de cooperativas, fundados nos conceitos da Agroecologia. Tais assentamentos têm alcançado sucesso tanto no cultivo de hortaliças, como no de leite e seus derivados, bem como contam com escolas, postos de saúde e rádios comunitárias.

Portanto, é possível afirmar que o MST, além de lutar pela reforma agrária no Oeste Catarinense, vem conscientizando e contribuindo para o crescimento e desenvolvimento econômico de toda a região. Aponta-se, também, nesta pesquisa que a agroecologia para o MST, ultrapassa a área produtiva, integra a questão política e social. Vale destacar que a Agroecologia não está localizada em todos os assentamentos rurais.

O agronegócio vem causando impactos ambientais, de saúde alimentar e conflitos agrários, pois esta atividade é de forte cunho capitalista voltada para concentração de terra. As terras que são inativas tornam-se improdutivas, na qual a Reforma Agrária Popular é uma ação que permite o acesso dos camponeses à terra.

¹¹ Quando, nos assentamentos, os Sem Terra buscam construir novas relações sociais de trabalho, e novos formatos para a vida em comunidades do campo, afirmam uma cultura centrada no bem-estar da **coletividade**, e se contrapõem, portanto, à absolutização do indivíduo, que é característica dominante da sociedade capitalista. [...] A educação dos sem-terra do MST começa com o seu enraizamento em uma **coletividade**, que não nega o seu passado mas projeta um futuro que eles mesmos poderão ajudar a construir. (CALDART, 2001).

Neste contexto, a agroecologia emerge no oeste catarinense como um movimento de resistência ao agronegócio, como um meio alternativo e preciso no campo de submissão e exploração da vida campesina ao agronegócio¹².

O presente trabalho na sua gênese possui a pesquisa de campo exploratória como principal meio de obtenção de dados. Contudo, a atual conjuntura de um cenário epidêmico decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), os meios de pesquisa tiveram que caminhar por outro viés. A ideia inicial partiu da entrevista e filmagem em campo, compiladas em um pequeno documentário para produção de artigo científico. Considerando a segurança e os decretos sanitários em prol da saúde pública, o projeto foi alterado para a pesquisa bibliográfica.

O Assentamento Conquista da Fronteira, escolhido inicialmente para pesquisa de campo, localizado em Dionísio Cerqueira/SC, mantém as características essencialmente coletivas, aspecto que norteou a escolha e destaca o convívio e as atividades agroecológicas realizadas. A pesquisa bibliográfica, não menos relevante, representa a realidade em um determinado tempo histórico, apresenta processos e fenômenos do MST na região oeste.

Considerando que a pesquisa de campo teria como objetivo dar voz e imagem às relações estabelecidas dentro do movimento e sua repercussão no desenvolvimento da sociedade, como registro de memória. Dessa forma, apresenta-se como sugestão para um trabalho futuro.

A agroecologia envolve muitos aspectos e conceitos, uma diversidade cultural e saberes populares, que envolvem a biodiversidade e alimentos saudáveis. Nesse contexto é importante destacar o importante e fundamental papel da mulher no movimento da agroecologia, questionando e enfrentando o patriarcado, “a existência de uma base patriarcal de paradigmas, modelos, processos, políticas e projetos, que precisam ser entendidos e desmontados em seus argumentos e lógicas”. (SHIVA, 2006, p. 159). Nesse momento percebe-se que a agroecologia assume um papel de rompimento e resistência contra a opressão, violência e desigualdades de gênero,

¹² O caminho da soberania alimentar e da justiça no campo envolve, portanto, um processo amplo de reforma agrária, em que este modelo monocultor possa ser superado e transformado em uma agricultura heterogênea, baseada em práticas vinculadas aos princípios da agroecologia e, assim, social e ambientalmente justa. A questão da agricultura deixou há muito tempo de ser um tema exclusivo ao campo, ela diz respeito à sociedade brasileira como um todo (BOMBARDI, 2012, p.11).

questionando as relações.¹³ Nesse contexto, as camponesas do MST resgatam os saberes de seus ancestrais para cuidar da terra e produzir seu sustento, pois a agroecologia é o meio de produzir alimentos saudáveis que preservam a natureza, como uma fonte esgotável de recursos.

O olhar sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um recorte de leitura multidisciplinar em que pude aproveitar algumas discussões da pós-graduação em Concepções Multidisciplinares em Leitura do IFSC/Campus Xanxerê. A pesquisa contribui para a formação profissional, por meio da complementação de seus estudos e tendo a leitura como o princípio pedagógico norteador das ações realizadas.

Dessa forma, a pesquisa contribui com a sistematização e uma breve reflexão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua aproximação com a agroecologia. Acredita-se que trabalhos como este venham subsidiar estudos mais aprofundados.

REFERÊNCIAS

ACANTÂRA, F. MST em Santa Catarina comemora 35 anos com atos de solidariedade. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, maio 2020. Disponível em:

<<https://mst.org.br/2020/05/27/mst-em-santa-catarina-comemora-35-anos-com-atos-de-solidariedade/#:~:text=Acervo%20MST%2FSC-,Em%20Santa%20Catarina%20o%20MST%20conta%20hoje%20com%20cerca%20de,70%20mil%20hectares%20de%20terra>>. Acesso em: mar 2021.

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Revista Ensaio**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/jalcione-almeida/almeida-jalcione-a-agroecologia-entre-o-movimento-social-e-a-domesticacao-pelo-mercado-ensaios-fee-vol-24-n-2-2003-pp-1-26#:~:text=Este%20%C3%A9%20um%20ensaio%20que,na%20agricultura%20e%20em%20sociedade>>. Acesso em: mar 2021.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: EMBRAPA, 2005. Disponível em:..

¹³ Um grande desafio colocado para a agroecologia é produzir o rompimento com a lógica patriarcal que define uma hierarquia na família, para uma relação de partilha entre as pessoas que participam da unidade familiar de produção. A agroecologia encara este desafio, buscando desconstruir a visão que se naturalizou na sociedade de que lugar de mulher é no espaço doméstico e lugar do homem é no espaço produtivo. Ao contrário, o planejamento e a gestão da produção devem envolver todos os membros da família, pois integra igualmente os trabalhos reprodutivo, doméstico e produtivo (CONTAG, 2007).

<<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap1ID-Sim092KU5R.pdf>>. Acesso em: mar 2021.

BADALOTTI, Rosana Maria; CUNHA, Joarina da. **A Política Nacional de Desenvolvimento Territorial e sua Implementação no Território Rural Oeste**. Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ: Projetos da linha "Territorialidade e Redes Sociais", mar/2009.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. Departamento de Geografia – USP, 2012. Disponível em:

<[file:///C:/Users/User/Downloads/larissa-mies-bombardi-artigo-agrotoxicos-2012%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/larissa-mies-bombardi-artigo-agrotoxicos-2012%20(2).pdf)>. Acesso em: abr/2021

BORGES, J. L. MST: do produtivismo à agroecologia. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 116, jan 2011. Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12146/6484>>. Acesso em: mar 2021.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no movimento dos trabalhadores rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400002>. Acesso em: mar 2021.

BRENNEISEN, E. C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estud. Av. v.15. n.43. São Paulo set./dez. 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: abr 2021.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição à agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: EMBRAPA, 2009. Disponível em: <http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2442.pdf>. Acesso em: mar 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: EMBRAPA, 2004. Disponível em:

<<https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincipios.pdf>>. Acesso em: mar 2021.

CARLI, C. D. O discurso político da agroecologia no MST: o caso do assentamento 17 de abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 100, p. 105-130, 2013. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/5245>>. Acesso em: mar 2021.

COMO A REDE FUNCIONA? **Rede de Agroecologia Ecovida**, 2021. Disponível em: <<http://ecovida.org.br/sobre/>>. Acesso em: abr/2021.

DALMAGRO, S. L. **Trabalho, coletividade, conflitos e sonhos**: a formação humana no assentamento Conquista na Fronteira. 2002. 170fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82354/186889.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: mar 2021.

CONTAG. **Caderno de textos para estudo e debates – Marcha das Margaridas 2007**. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT – MMTE/NE, MIQCB, CNS, MAMA, REDE LAC, MMM, 2007.

Defesa Agropecuária – Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas. **Peste Suína**. 2021. Disponível em:

<<http://www.defesaagropecuaria.al.gov.br/sanidade-animal/peste-suina>>. Acesso em fev 2021.

GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K. O conceito de movimento social revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 7591, jan/jul 2004. Disponível em: <[file:///C:/Users/casa/Downloads/13624-Texto% 20do% 20Artigo-41985-1-10-20100519.pdf](file:///C:/Users/casa/Downloads/13624-Texto%20do%20Artigo-41985-1-10-20100519.pdf)>. Acesso em: mar 2021.

IAMAMOTO, A. T. V. **Agroecologia e desenvolvimento rural**. 2005. 80fl. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Universidade São Paulo, Piracicaba, 2005. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-09032006-140931/publico/AndreIamamoto.pdf>>. Acesso em: mar 2021.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. 2021. Disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>>. Acesso em: abr 2021.

MATTOS, C. **Movimentos sociais e agroecologia no oeste de Santa Catarina**: 2015-2019. 2019. 61fl. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3494>>. Acesso em: mar 2021.

MELLO, D. F. M. **Agroecologia e educação**: ações pedagógicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2006. 117fl. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89263/241087.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: mar 2021.

SECRETARIA NACIONAL DO MST. **Programa agrário do MST**: VI Congresso Nacional do MST, fev. 2014. Disponível em: <<https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>> . Acesso em: abr. 2021.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ONGHERO, A. L.; ARGENTA, D.; ROCHA, D. S. **Ocupar, resistir, produzir**: o movimento dos trabalhadores rurais sem terra no oeste catarinense e a construção da cidadania. Chapecó: UNOCHAPECO, 2015. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/galerias/arquivos/68/1307.pdf>>. Acesso em: mar 2021.

PICOLOTTO, E. L.; PICCIN, M. B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 5-36, jul/dez 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5500#:~:text=A%20entrada%20de%20pautas%20ambientais%20tem%20possibilitado%20aos%20movimentos%20camponeses,estare>>. Acesso em: mar 2021.

POLI, O. L. **Leituras em movimentos sociais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2008.

RADIN, J. C.; CORAZZA, J. C. G. **Dicionário histórico-social do oeste catarinense**. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/dicionario-historico-social-do-oeste-catarinense#:~:text=O%20Dicion%3%A1rio%20hist%3%B3rico%20social%20do,s%3%A9culo%20XIX%20at%3%A9%20a%20atualidade>>. Acesso em: mar 2021.

RIBEIRO, E. M. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina**: os anos 90. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

RODRIGUES, F. C. **MST**: formação política e reforma agrária nos anos de 1980. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

RODRIGUES, L. A.; SIMÕES, W. A agroecologia e a (re)significação das relações sociedade-natureza na (re)produção do espaço rural do oeste catarinense, sul do Brasil. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS. 2016, São Luiz. **Anais...** Universidade Federal da Fronteira Sul, São Luiz, 2016. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467862445_ARQUIVO_Artigo_ENG_Lucas_Willian_07072016_final.pdf>. Acesso em: mar 2021.

ROVER, O. J.; ANCHAU, C. T. A agroecologia e as estratégias de desenvolvimento de três redes cooperativas de leite. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 1, p. 92-101, 2013. Disponível em: <https://orprints.org/id/eprint/24477/1/ROVER,%20Oscar%20Jos%3%A9_A%20a%20agroecologia%20e%20as%20estrat%3%A9gias%20de%20desenvolvimento%20de%20tr%3%AAAs.pdf>. Acesso em: mar 2021.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 84-94, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400012&script=sci_abstr act&lng=pt>. Acesso em: mar 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico/**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOCIALISMO. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2021. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo>>. Acesso em: Fev. 2021.

SHIVA, V. **Manifiesto para una democracia de la tierra. Justicia, sostenibilidad y paz**. Barcelona: Paidós, 2006.

ABSTRACT

The land was always a source of conflict between the ruling class, the state and the peasants, being seen by the first authors as a source of income, power and prestige, a fact that has led to degradation of the environment and the massacre of peasant customs and practices. In this context, social movements were born that seek to end (or minimize) inequalities in the countryside, to make agricultural practices more sustainable and, above all, to value rural population and their knowledge. Therefore, it is formulated as a research question: How is the current debate about the social landless movements in the West of "Santa Catarina" and what do they reveal about the peasant way of life and the agroecological practice? In order to answer this question, the general objective of the research is established: To verify which elements characterize the peasant life of the Social Landless Movement – MST located in the western region of "Santa Catarina". The development of the present study was based on the literature review of an explanatory nature, and the data were collected through the bibliographic technique and analyzed, according to the qualitative approach. As a result, was observed that the Landless Rural Workers Movement, when they replaced their mechanistic and ideological conception, started to respect the environment (through the adoption of agroecological practices) and to value the knowledge of the peasants, in addition to making them aware of their rights as citizens, which brought progress and abundance to the cities of west of "Santa Catarina".

Keywords: Agroecology. Landless Rural Workers Movement. West of "Santa Catarina".